

## PATRIMÔNIO, IDENTIDADE E REABILITAÇÃO URBANA HERITAGE, IDENTITY AND URBAN REHABILITATION

*Marina Ferrari de Barros\**

### RESUMO:

Este artigo tem como objetivo refletir acerca da importância da identidade no processo de construção social do espaço urbano e as possibilidades de utilização desta como categoria de análise para a implementação de projetos de reabilitação urbana de áreas de valor patrimonial. Ressalta-se o processo de construção da identidade dos grupos sociais e sua relação inextrincável com a construção da identidade do lugar.

**PALAVRAS-CHAVE:** identidade, patrimônio social, reabilitação urbana.

### ABSTRACT:

This article has as objective to reflect concerning the importance of the identity in the process of social construction of the urban space and the possibilities of use of this as category of analysis for the implementation of projects of urban rehabilitation of areas of patrimonial value. One stands out the process of construction of the identity of the social groups and its inextricable relation with that one of construction of the identity of the place.

**KEY WORDS:** identity, social heritage, urban rehabilitation.

124

### 1. INTRODUÇÃO

Grande parte das cidades brasileiras se encontra envolvida em um processo de revalorização de suas áreas centrais, mais especificamente daquelas consideradas como seu núcleo urbano de origem.

As ideias que direcionam esta postura se relacionam tanto com estratégias de sustentabilidade econômica e ambiental, quanto com a construção de uma identidade urbana calcada na valorização do passado e de suas marcas como forma de instituição de um espaço singular.

Alguns autores (ARANTES, 2000; MESSANTIER, 2004) associam tais práticas a um mercado global de consumo de lugares, em que a diferenciação do espaço singular entra como elemento vantajoso na competição entre cidades pela conquista dos investimentos econômicos.

Formas diversas de intervenção podem ser implementadas de acordo com seus objetivos e os atores sociais envolvidos. Mas, sabe-se que em muitos casos, a disponibilização do patrimônio cultural não acontece de forma democrática, mesmo que sua recomposição seja subsidiada publicamente.

Há muito se constatou as consequências da distribuição desigual de renda sobre a produção social do espaço urbano. O valor de troca da propriedade urbana, privilegiado em um sistema econômico capitalista não consegue, no entanto, excluir sua natureza social, ao menos como suporte da memória coletiva, como espaço concreto que é testemunha da história de vida de diversos sujeitos.

\* Arquiteta e urbanista, mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e professora do curso de arquitetura e urbanismo do Centro Universitário Filadélfia (UNIFIL). [marina.barros@unifil.br](mailto:marina.barros@unifil.br)

Estes espaços se tornam importantes para tais sujeitos, porque o produziram com seu trabalho, com suas ideias, imprimiram sua marca, dotaram-no de identidade, assim como sua própria identidade também foi formada neste processo, tornando-o importante enquanto prova viva de sua participação na história.

Instrumentos legais reguladores da função social da propriedade, como aqueles presentes no Estatuto da Cidade, oferecem a possibilidade de assegurar alguns elementos básicos, como a moradia e a acessibilidade aos diversos serviços necessários para viver em uma cidade, com os quais se pode chegar a um uso mais justo do seu espaço em uma sociedade democrática, redistribuindo à coletividade o que já é coletivo, porquanto produzido coletivamente.

No entanto há que se pensar em outro aspecto relacionado ao valor de uso do espaço, sobretudo porque pode fornecer tal suporte de memória, reconhecendo a diversidade de grupos sociais existentes, a variedade de redes sociais estabelecidas e o movimento circular do tempo que permite a impressão de diversas marcas no espaço, geração após geração.

O sentimento de pertencimento a um grupo social, e deste a um lugar, explicita vínculos que ultrapassam aqueles relacionados à estrutura física, como habitação, acessibilidade, infraestrutura. Esses vínculos são fundamentais e se constituem em um dos motivos que justificam a requalificação das regiões centrais.

Deseja-se apenas ressaltar que a perda deste suporte físico pode trazer consequências que não são facilmente identificáveis àqueles que estão acostumados a pensar a cidade em termos de funcionalidade prática.

A história da preservação do patrimônio material no Brasil denota um avanço democrático das idéias em relação ao processo de seleção e classificação dos bens culturais, no sentido que reconhece, cada vez mais, a diversidade cultural, bem como a pluralidade de grupos sociais existentes.

Mas, como qualquer processo de valorização, esta seleção carrega um juízo de valor, que através de um sistema que dá sentido às pedras da cidade, revela em sua parcialidade a representação de certos grupos sociais que sob um contexto histórico e social específico e atuando através de uma ideologia definem quais memórias devem ser perpetuadas.

Sendo assim, ao se observar as transformações concretas que se operam nas cidades, aquilo que permanece, quando permanece, se sustenta quando interessa ou é importante para determinados grupos. Ainda não se observa na prática, de forma tão generalizada, quanto no discurso da preservação, a abertura democrática das ideias já mencionadas.

A importância do significado das edificações enquanto valor de troca ainda permanece, mesmo que sob novos discursos, assim como o consumo deste patrimônio cultural e as ideias de identificação nacional das quais se faz uso são direcionadas a pequenos grupos sociais e ainda prescindem da preservação do conteúdo social de lugares e do valor de uso.

Acontece da mesma forma com os projetos de revitalização urbana, por exemplo, que provocam a restrição de circulação de pessoas, deslocando pontos urbanos de aglutinação, como terminais de transportes coletivos, onde normalmente se localiza a maioria do comércio ambulante, favorecendo a “despopularização” de lugares muito utilizados. Tais constatações há muito realizadas produziram novas ideias.

Independente dos processos de transformação que têm lugar nas cidades, estas continuam sendo, bem ou mal, o lugar da vida cotidiana, da pluralidade, da diversidade, do conteúdo social. Seus espaços são imbuídos de sentido, os quais se sustentam pelo esforço do grupo que transmite sua memória, geração após geração. Aos primeiros são adicionados outros significados, que por sua vez também se transformam em um processo contínuo de construção e reconstrução da memória.

O espaço imbuído de sentido constitui o lugar, como bem coloca CANTER, apud DEL RIO (1990), o “sentido do lugar”<sup>3</sup>, sua identidade. A identidade do lugar é composta e recomposta em um processo desenvolvido através do relacionamento dos grupos sociais que vivem e convivem em determinados espaços ao longo do tempo e do relacionamento de seus sujeitos nos lugares de sociabilidade.

A reabilitação urbana pressupõe a intervenção em áreas que não possuem mais a habilidade de oferecer tais encontros sociais, pois perderam seus espaços de sociabilidade. E como forma de intervenção busca, de acordo com MARICATO (2001), a preservação do ambiente construído existente e desta forma também os usos e a população moradora. VARGAS & CASTILHO (2006) ressaltam ainda que a diferença entre esta e a revitalização constitui-se no fato de que a reabilitação exige a manutenção da identidade e das características do lugar, enquanto que para segunda admite-se a adoção do mesmo procedimento em zonas com ou sem identidade.

Pensando então na operacionalização deste tipo de intervenção, mais especificamente em sua característica identitária, propõe-se a reflexão acerca do processo de construção da identidade do lugar.

Neste processo de construção, a sociabilidade tem papel fundamental, sendo este então o primeiro aspecto a ser abordado. Os processos identitários abordados em seguida abrem o caminho para as reflexões acerca do processo de reabilitação em si.

Há um caminho a ser percorrido nesta busca pela consciência de identidade. O processo de formação da identidade individual é um processo de experiência do mundo que se relaciona com a subjetividade, com a memória individual, com a intersubjetividade e memória coletiva, com o sentimento de pertencimento a um grupo social, com a ancoragem deste grupo a um espaço.

Esta ligação inextrincável entre o patrimônio material e seu conteúdo social deve permanecer como um aspecto importante para a questão da preservação e conservação das áreas de valor patrimonial, mesmo quando tais áreas não são oficialmente valorizadas enquanto tal, não incidindo sobre elas instrumentos legais de preservação.

## O DESENVOLVIMENTO DA SOCIABILIDADE: AS RELAÇÕES DOS GRUPOS SOCIAIS NO ESPAÇO E NO TEMPO HISTÓRICO-SOCIAL

A sociabilidade se define no âmbito deste trabalho como as “diferentes formas de ligar-se num todo e por um todo social” (GURVICH, 1968), pelos sujeitos e suas manifestações na ação social e nos produtos culturais. Através das redes de relacionamentos estabelecidas nos diversos lugares da vida cotidiana, formam-se redes sociais, grupos sociais<sup>4</sup>, compartilham-se representações sociais, desenvolvem-se relações de confiança, afinidade, solidariedade e resultam em formas específicas de construção da identidade.

No entanto, é preciso que tais pessoas, sujeitos (componentes) de uma rede social, ou de um grupo, se reconheçam como tal, se descubram como semelhantes, como portadores de um projeto comum, vinculando-se uns aos outros. E para que isto aconteça, é necessário o contato,

<sup>3</sup> Sentido do lugar: “aquela qualidade indescritível, mas que ao mesmo tempo diz sobre a qualidade físico-ambiental dos espaços urbanos, é gerado na sobreposição de três esferas de nossa consciência: atividades e usos, atributos físicos propriamente ditos e as concepções e imagens.”(Canter, apud Del Rio, 1990). Ainda sobre esta relação, LYNCH (1997:143) chama a atenção para este vínculo e para as qualidades orientacionais da paisagem, BOSI (1994:: 433) resalta o processo social de construção deste vínculo afetivo entre os grupos sociais e o espaço, assim como as consequências do desenraizamento ao qual certos grupos estão submetidos na modernidade e ABREU (1998) lembra sobre o papel do suporte físico no processo de construção da memória coletiva, citando apenas alguns.

<sup>4</sup> O termo grupo social é aqui utilizado para se referir a uma coletividade, cujos membros possuem uma semelhança qualquer, como por exemplo, o fato de viverem no mesmo bairro, no mesmo lugar geográfico.

travado em certos espaços concretos da vida cotidiana.

Existem lugares, que funcionam como “agências de mediação”, de acordo com DAMATTA (1997), como os bares e armazéns, irmandades religiosas, onde se encontram os sujeitos que vivem próximos uns dos outros em termos locais, assim como também existem pessoas que funcionam como mediadores.

A sociabilidade que acontece nestes lugares favorece a constituição de redes de relacionamento, com as quais se conhecem as regras e normas definidoras de grupos específicos, onde acontecem os “atos comparativos”, o reconhecimento de semelhanças, a construção de uma identidade coletiva.

Tais espaços fazem parte dos trajetos repetitivos da vida cotidiana, rotinas diárias, dentro da qual se constroem percursos pontuados de uma vida ativa, de um tempo onde se constrói um tempo que será lembrado, como bem coloca BOSI (1994:21), como aquele “(...) que o homem considera como seu, é aquele onde ele concebe e executa suas empresas, (...) a época pertence aos homens mais jovens que nela se realizam por suas atividades, que animam com seus projetos”.

O espaço, então como lugar de sociabilidade, é suporte desta memória, recordações de um tempo em que se sentiu importante, porque se produziu, porque se construiu história: história de um sujeito, de uma família, de um grupo, de um bairro, de uma cidade e história de um país. É, portanto, parte importante da construção da história destes sujeitos, pois fazem parte daquilo que ele é, de sua identidade.

Há que se pensar no tempo cíclico, em que não existem sujeitos mais produtivos que outros, mais importantes que outros, apenas diferentes contextos sócio-históricos em que estes se realizam enquanto tal.

Desta forma a padaria do “Sr. Miguel” não se constitui em um estabelecimento comercial puro e simples, nem tampouco uma rua é simplesmente um espaço de ligação de um ponto a outro de uma cidade e edificações não são apenas abrigos.

As transformações implementadas nestes espaços, que implicam o desaparecimento destes lugares de mediação como alargamento de ruas e avenidas, transformações no uso e ocupação de lotes urbanos entre outros, incidem sobre o conteúdo social neles contido.

O que significa para os moradores e usuários de um bairro, em sua vida cotidiana, a percepção de que a padaria do seu Miguel, na esquina, onde três gerações de uma família compraram diariamente o pão fresco do café da manhã, aquele que só se paga no final do mês, está em processo de falência, de prateleiras vazias, com aviso prévio de fechamento?

E aquela padaria da esquina onde o avô se reunia todo final de tarde para uma cerveja gelada com os amigos, onde os doces têm cheiro de infância, onde a mãe compartilha com as vizinhas o amadurecimento dos filhos e onde a Dona Maria que serve o pão no balcão tira o sustento de sua família?

Outro aspecto importante abordado por DAMATTA (1997) é a confiança enquanto condição de sociabilidade nos termos de um bairro, uma postura que leva à ação de cooperar que é diferente da ação de compartilhar, pois esta última não cria necessariamente relações de cooperação entre as pessoas envolvidas” (VAZ, 2002).

Acredita-se que a redução, ou transformação dos espaços de sociabilidade pode fazer sumir ou reduzir drasticamente as ações de cooperação, dando lugar a um simples compartilhar de tempo e espaço.

## PROCESSOS IDENTITÁRIOS

Todo grupo social, como coloca SANTOS (1985), tem uma versão de si mesmo, uma imagem que cultiva e difunde. A identidade da pessoa, de acordo com HALL (2005), alcança a exata extensão em que sua consciência pode ir para trás, para qualquer ação ou pensamento passado.

Como processo que se dá ao longo de uma vida, a identidade está estritamente ligada à memória, com aquele acúmulo de leituras e releituras de situações, práticas e relacionamentos com outros sujeitos que vão acrescentando, cada um em seu momento, partes de uma identidade em processo constante de formação.

A partir da conotação mais superficial do termo “identidade”, pode-se abordar o processo de identificação entre sujeitos de forma simples, mas essencial. O sentido da imagem de si, para si e para os outros, envolve uma comparação, que acontece entre certos sujeitos em um determinado contexto histórico-social.

A construção da identidade se realiza, então, através do contato com outros sujeitos:

Os acontecimentos da vida social de cada pessoa geram sobre ela a formação de uma lenta imagem de si mesmo, uma viva imagem que aos poucos se constrói ao longo de experiências de trocas com outros: a mãe, os pais, a família, a parentela, os amigos de infância e as sucessivas ampliações de outros círculos de outros: outros sujeitos investidos de seus sentimentos, outras pessoas investidas de seus nomes, posições e regras sociais de atuação. (BRANDÃO, 1990:37)

128

Estes contatos acontecem em lugares da cidade, espaços da vida cotidiana, os quais se tornam importantes quando certos grupos sociais os relacionam com tempos significativos de suas vidas, o imbuem de sentido, caracterizando-o de acordo com sua importância em suas histórias de vida. Trata-se da construção do sentido do lugar, sua identidade.

Estabilidade, equilíbrio, orientação são funções da identidade. A segurança que provém do fato de pertencer a um grupo, de estar entre semelhantes favorece o estabelecimento de vínculos, relações de solidariedade, cooperação e trazem estabilidade emocional ao sujeito.

O que acontece quando há a perda deste suporte? Como ele acontece, qual a lógica por trás da transformação do espaço que acarreta tal tipo de perda?

Reconhecer valor em certas expressões materiais e simbólicas de uma cultura requer a consciência, a habilidade de se ver reconhecido em tais expressões, é necessário, portanto, que haja a identificação.

## O PATRIMÔNIO SOCIAL E A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO MATERIAL

O patrimônio social corresponde exatamente ao conteúdo social, já mencionado, sem o qual o patrimônio material careceria de sentido. O entendimento deste vínculo essencial e da diversidade de grupos sociais que vão imprimindo suas marcas nos espaços das cidades ao longo do tempo leva a uma compreensão mais coerente da construção histórica dos lugares e talvez de formas mais justas de neles intervir.

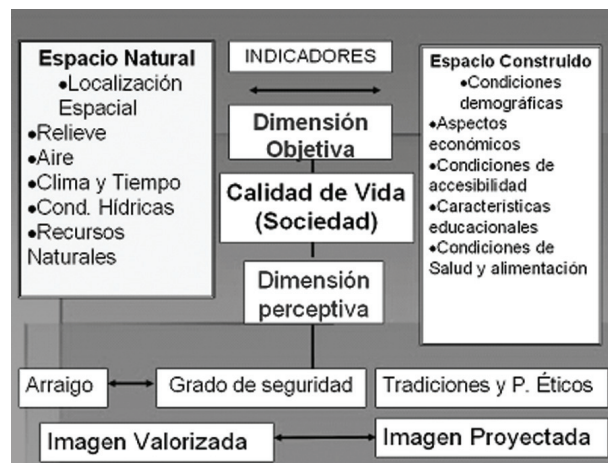
CARSALADE (2001) aponta para uma transformação na forma de encarar o patrimônio:

R  
E  
V  
I  
S  
T  
A

A compreensão contemporânea do patrimônio deixou de se ater apenas às qualidades estéticas do bem em si, ampliando-se ao cotidiano da vida, no exercício da cultura e no desenvolvimento sócio-econômico das comunidades, constituindo-se em um dos importantes responsáveis por sua identidade e qualidade de vida.

A ligação entre identidade e qualidade de vida, demonstra um avanço em relação ao pensamento na área da preservação, pois reconhece a identidade como equitativamente importante na busca pela qualidade de vida, colocando-a no mesmo patamar básico em que se encontram a habitação, a saúde e a educação.

O sentimento de pertencimento (arraigo) é um elemento componente da auto-avaliação dos sujeitos em relação a sua qualidade de vida. Além dos elementos objetivos, como moradia, saúde e educação, a percepção deste elemento subjetivo também contribui na avaliação, de acordo com o quadro esquemático de GONZALEZ (2006).



Aspectos componentes da qualidade de vida. (FONTE: GONZALEZ, 2006)

## A VALORIZAÇÃO DO PASSADO E DO COTIDIANO E O PROJETO DE INTERVENÇÃO

Entende-se por áreas de valor patrimonial, “áreas portadoras de uma enorme complexidade e diversidade simbólica, que expressam referências culturais relevantes para a memória e identidade coletivas” (MESENTIER, 2004). São áreas importantes para uma coletividade e por isso tornam-se tema pertinente no universo das políticas públicas.

Ainda hoje, o culto aos monumentos permanece, mas seu caráter tem sofrido, ao longo do século XX, uma transformação, principalmente pela sua associação com a indústria cultural. O primeiro documento produzido internacionalmente com o propósito de estender a proteção ao monumento além de seus limites físicos construtivos é a Carta de Atenas (1931) que trata “os monumentos e seu entorno”, mas ainda considerando este espaço externo apenas como uma moldura de uma obra principal.

Os conceitos de patrimônio e monumento mudaram bastante ao longo dos anos, passaram de relíquias cultuadas e conservadas por uma pequena camada de privilegiados intelectuais, a todo tipo de obras e bens materiais e imateriais valorizados e preservados por uma parcela cada vez maior da população. MESENTIER (2004) destaca como marco de mudança no conceito de monumento histórico a Carta de Veneza de 1964 em que a noção de preservação passa a compreender tanto a



criação arquitetônica isolada, o sítio urbano ou rural, e “não só as grandes criações, mas também as obras modestas”, incluindo o conteúdo cotidiano e popular.

Identificam-se duas posições principais referentes às áreas de valor patrimonial com relação às atuais políticas urbanas implementadas, principalmente nas ditas cidades “globais”, e que expressam objetivos distintos. A primeira está relacionada com manifestações das comunidades que reivindicam a preservação da cultura de bairro, como festas, rituais, além do patrimônio edificado presente com os quais se identificam. Privilegiam principalmente o valor de uso dos imóveis e espaços urbanos de valor patrimonial.

A segunda tendência insere-se em uma forma de abordagem da cidade, que marca uma transformação das formas de planejamento do espaço construído ou uma mudança de paradigma que leva, segundo ZANCHETTI (1998), o planejamento urbano a perder sua antiga característica de generalidade (toda a cidade), a abandonar a forma quantitativa de regulação (índices urbanísticos) e a começar a privilegiar a ação localizada com potencial de transformação econômica da área onde se insere.

Esta forma tem como principais agentes gerenciais e incentivadores as associações entre diversas esferas, do poder público e agentes da iniciativa privada, e vê nas revitalizações, reabilitações e requalificações, principalmente, a possibilidade de desenvolvimento econômico de áreas “degradadas” de valor patrimonial, privilegiando o valor de troca dos espaços recuperados.

Parece haver um consenso entre os estudiosos do assunto, no sentido em que há uma tendência atual que está levando os vários agentes sociais das cidades (mas não todos) a se posicionar e agir favoravelmente à conservação e preservação do patrimônio. Esta atitude pode em alguns casos expressar o impacto da mundialização sobre o patrimônio, despersonalizando-o e, sobretudo, transformando-o em bem econômico.

130

Por sua vez, os monumentos e o patrimônio histórico adquirem dupla função- obras que propiciam saber e prazer, postas à disposição de todos; mas também produtos culturais, fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos. A metamorfose de seu valor de uso em valor econômico ocorre graças à “engenharia cultural”, vasto empreendimento público e privado, a serviço do qual trabalham grande número de animadores culturais, profissionais da comunicação, agentes de desenvolvimento, engenheiros, mediadores culturais. Sua tarefa consiste em explorar os monumentos por todos os meios, a fim de multiplicar indefinidamente o número de visitantes. (CHOAY, 2001:211)

Observa-se, portanto, uma transformação do valor de uso do patrimônio pelo valor de troca. Nesse sentido, LEFÈVRE (apud VIEIRA, 1999) observa o contraste entre a característica que ele identifica como essencial da cidade, ou seja, o fato dela ser uma obra, com a orientação que vem ocorrendo na direção do capital, privilegiando o seu significado como produtos. O contraste é evidenciado pelo fato da obra ter valor de uso, enquanto que o produto possui valor troca.

Mas nem sempre foi assim. ABREU (1998) chama a atenção para o fato de que a valorização do passado das cidades no Brasil é inédita, e reflete uma mudança significativa nos valores e atividades sociais, e que esta busca da memória é multifacetada e nem sempre é motivada por razões identitárias.

Neste sentido, ARANTES (2000) relaciona esta nova valorização do passado e da cultura dentro do mundo globalizado, identificada especificamente no planejamento estratégico, que transforma as cidades em novos atores sociais complexos, em balcões de negócios a disputar a

nuvem financeira e as hordas de turistas que circulam pelo mundo. Critica, ainda, esta abordagem da cidade que se utiliza da “cultura” para legitimar “gentrificações”<sup>5</sup>.

SILVA (2000) entende que esta nova forma de produzir cidades tem efeitos na construção de identidades e que a globalização produz diferentes resultados em termos de identidade, pois acredita que a homogeneidade cultural promovida pelo mercado global pode levar ao distanciamento da identidade em relação à comunidade e à cultura local.

Esta busca pelo passado através do resgate da memória e afirmação de uma identidade das cidades, não é nenhuma ideia originalmente brasileira, insere-se em um movimento muito mais amplo de competição de cidades que disputam, entre si, o capital global.

É claro que não se deseja aqui sustentar que todas as iniciativas relacionadas à preservação do patrimônio edificado e resgate da memória das cidades enquadrem-se nesta perspectiva exclusivamente econômica. Deseja-se apenas chamar a atenção para esta abordagem e refletir acerca das consequências deste predomínio econômico, bem como na escolha das identidades que se deseja ressaltar e quais memórias se quer resgatar.

O patrimônio comum, ou também chamado “banal”, aquele que não está inscrito em nenhum livro de tomo, correspondente às instituições de proteção, deve também ser considerado dentro do universo das políticas públicas, em seus diversos níveis hierárquicos.

Seu valor incide principalmente na composição formal de seu conjunto, o qual propicia uma leitura histórica do espaço urbano transformado ao longo dos anos e ainda no relacionamento cotidiano que as pessoas com ele mantêm, transformando-o em um “lugar”.

O valor que mais interessa neste contexto é aquele atribuído pelas pessoas que ali habitam, mas sabe-se que, neste caso, o sentimento despertado na comunidade ao contemplá-lo e utilizá-lo e aqueles despertados no pesquisador nem sempre convergem para um ponto em comum. É claro que esta diferença está relacionada principalmente com as diferentes posições sociais que ambos ocupam.

Estender a preocupação com os testemunhos da história e com os lugares de memória encontrados nos conjuntos de patrimônio banal, não significa a transformação da cidade em um grande museu a céu aberto. O que se pretende colocar aqui é que conhecendo o processo de transformação dos espaços urbanos e sua lógica, outros instrumentos que não apenas aqueles tradicionalmente utilizados pelas instituições de preservação podem ser aplicados para a preservação da memória contida no patrimônio banal.

Assim, as áreas centrais, onde se concentra, por exemplo, uma grande quantidade de habitações coletivas precárias de aluguel sobre um tecido urbano de várias gerações, normalmente tratadas pelas políticas habitacionais ou de reestruturação da malha urbana em termos de funcionalidade da circulação podem ser também englobadas pelas instituições de preservação, valorizando a memória dos grupos aí contida.

Por outro lado, há que se entender que a lógica de produção do espaço realizada cole-

<sup>5</sup> Termo utilizado pela primeira vez por GLASS (1963), segundo BIDOU (2006), no início dos anos sessenta para descrever o processo mediante o qual famílias de classe média haviam povoado antigos bairros desvalorizados do centro de Londres, ao invés de se instalarem nos subúrbios residenciais, segundo o modelo até então predominante para essas classes sociais. Por essa noção, a autora compreendia, ao mesmo tempo, a transformação da composição social dos residentes de certos bairros centrais, por meio da substituição de camadas populares por camadas médias assalariadas; e um processo de natureza diferente: o de investimento, reabilitação e apropriação, por estas camadas sociais, de um estoque de moradias e de bairros operários ou populares.

Aqui o termo corresponde à produção de uma cidade desigual, ou seja, quando expulsam a população de baixa renda de bairros e trechos urbanos revitalizados em prol de interesses econômicos das elites, seja quando tomam as culturas apenas como elementos de captação de investimentos, mercadorias sobre as quais se constrói um consenso sobre os rumos da cidade, financiado pelo capital privado e internacional. Este termo foi traduzido no Brasil por enobrecimento, mas alguns autores mantêm o original em inglês *gentrification*, como os tradutores de Sharon Zukin, Featherstone, entre outros.



tivamente demonstra-se desigual em relação à apropriação pelos diversos grupos sociais e suas consequências vão além da exclusão de alguns grupos, da possibilidade de se viver em um espaço de qualidade em relação à infra-estrutura, habitação e vantagens de localização referentes ao acesso aos serviços básicos.

A grande mobilidade espacial a que estão expostos os grupos mais vulneráveis socialmente implica também a “espoliação” de suas memórias e, por isso, seu suporte físico deve ser incluído como preocupação das instituições de preservação da memória pois:

O desenraizamento é uma condição desagregadora da memória: sua causa é o predomínio das relações de dinheiro sobre outros vínculos sociais. Ter um passado, eis outro direito da pessoa que deriva de seu enraizamento. Entre as famílias mais pobres a mobilidade extrema impede a sedimentação do passado, perde-se a crônica da família e do indivíduo em seu percurso errante. Eis um dos mais cruéis exercícios da opressão econômica sobre o sujeito: a espoliação das lembranças. (BOSI, 1994:443)

Sendo o grupo suporte da memória, sua dispersão traz como consequência uma grande dificuldade para a recuperação da mesma, deste passado em comum que traz consigo a memória dos lugares, sua história. O vínculo com outra época, de acordo com BOSI (1994), a consciência de ter suportado, compreendido muito coisa, traz para o ancião alegria e uma ocasião de mostrar sua competência. “Sua vida ganha uma finalidade se encontrar ouvidos atentos, ressonância” (p.22).

Há um valor a ser reconhecido para além daquele evidenciado na expressão material vinculado às edificações que permaneceram como testemunhos de uma época. Mais uma vez, BOSI (1994), anuncia este outro aspecto:

Aquilo que se viu e se conheceu bem, aquilo que custou anos de aprendizado e que, afinal, sustentou uma existência, passa (ou deveria passar) a outra geração como um valor. As ideias de memória e conselho são afins: memini e moneo, eu me lembro e eu advirto, são verbos parentes próximos.” (p. 481)

É importante introduzir uma abordagem mais “humana” em relação aos processos de transformação do espaço que têm lugar nas cidades. Há de se pensar nos efeitos que tais transformações, que as reconfigurações que acontecem no espaço urbano trazem para os sujeitos. Pois, “destruída a parte de um bairro onde se prendiam lembranças da infância, algo de si morre junto com as paredes ruídas, os jardins cimentados”. (BOSI, 1994: 452)

Acredita-se que, em alguns casos, as transformações que provocam o deslocamento de população de seus lugares de origem têm o mesmo sentido do “ser posto para fora de casa”, que DAMATTA (1997) traduz como algo violento:

Ser posto para fora de casa significa algo violento, pois, se estamos expulsos de nossas casas, estamos privados de um tipo de espaço marcado pela familiaridade e hospitalidade perpétuas que tipificam aquilo que chamamos de amor, carinho, e consideração. (p.54)

A crescente consciência da importância do Patrimônio como memória e base da identificação das coletividades, segundo o INSTITUTO PEREIRA PASSOS (2003), dá origem à reabilitação urbana, uma possibilidade entre as alternativas de intervenção no espaço urbano que leva em con-

sideração a identidade do lugar, e com isso o relacionamento dos grupos sociais com seu espaço de convivência. MARICATO (2001) ainda ressalta que é apenas para este tipo de intervenção que o patrimônio comum, ou “banal”, também é considerado como elemento a ser preservado.

## A REABILITAÇÃO URBANA

A reabilitação é uma forma de intervenção no espaço urbano, a palavra significa, antes de tudo, como bem coloca BARTALINI (2006), voltar a ser hábil, capaz. Mas a simples reflexão gramatical já traz embutida uma questão fundamental: voltar a ser capaz de quê?

Posta a questão inicial e pressupondo que estas áreas, objetos de intervenção, deixaram de estar preparadas para alguma coisa, de que houve um desvio de finalidade, resta ainda perguntar: para quem e por quê?

Considera-se a reabilitação urbana como um processo de intervenção na cidade, que pode se aproximar de forma efetiva, do melhoramento do suporte físico, espaço concreto que sustenta as diversas formas de sociabilidade, de modo a propiciar a identificação entre sujeitos, a manutenção de grupos sociais e a memória de uma coletividade que é transmitida de gerações a gerações, construindo e reconstruindo o sentido de um projeto social comum. Este tipo de intervenção leva, portanto, em consideração as práticas sociais desenvolvidas no lugar.

A degradação física de bairros, o abandono destes suportes, enfim, as transformações destes espaços da cidade não acontecem como processos naturais. Destacam-se aqui especificamente as transformações que têm lugar de forma generalizada nas áreas mais centrais e mais antigas das cidades, chamadas por alguns de centro histórico, por outros de regiões centrais, mas que invariavelmente já foi um dia o núcleo inicial de formação da cidade, o todo da própria cidade.

As transformações operadas nestas áreas são consequências de escolhas, que representam valores, e por isso não são, nunca, naturais, incontroláveis. Há a incidência sobre centros históricos, de argumentações com fortes componentes ideológicos, apoiados na ideia de “deterioração”.

VILLAÇA (2001) aponta alguns destes mecanismos, tal como a “naturalização de processos sociais”. Um exemplo urbano de uso deste mecanismo consiste na expressão, ou conceito de “deterioração do centro” e que BARTALINI (2006) chama de “ideologia da deterioração” quando se associa este processo social ao envelhecimento inevitável dos seres vivos, com vistas a ocultar o abandono a que foram entregues os centros tradicionais.

Ambos os autores concordam que o processo de deterioração das edificações está relacionado com o abandono pelas classes dominantes, destes lugares, e seu deslocamento para novos centros. VILLAÇA (2001) ainda ressalta que o que se chama ideologicamente de “decadência” do centro é tão somente sua ocupação pelas camadas populares. MARICATO (2001) ressalta precisamente esta característica popular dos centros tradicionais, quando:

Do ponto de vista da acessibilidade, os centros são, em geral, as áreas mais bem servidas de transportes públicos. São locais de acesso mais democrático do que quaisquer outros. Nesse sentido são populares. Uma característica da qual o mercado imobiliário e a elite brasileira costumam se afastar. (p.82)

Estes lugares passam então a apresentar outras características, assumir outra identidade, outro cotidiano, a guardar outras memórias, outros hábitos, nova imagem.

Já foi mencionada a relação existente entre a “revalorização” das áreas centrais com a implementação de grandes projetos imobiliários. Esta política vê na economia urbana uma suposta

solução para interromper um processo de deterioração de edificações, correspondente a um tempo de globalização econômica e a uma característica a ele relacionada: a competição entre cidades.

No mesmo sentido colocado por VILLAÇA (2001) e BARTALINI (2006), SMITH (2006), ressalta um processo, já bastante conhecido, como uma nova forma do efeito da intervenção em centros tradicionais, a gentrificação, que, segundo o autor, é apresentada através do eufemismo da “regeneração” urbana. Um termo biomédico que sugere a cura de um organismo vivo, sua volta a um estado saudável, supondo, é claro, que este “organismo” encontra-se “doente”.

Assim, os arautos da estratégia da regeneração mascaram as origens sutilmente sociais e os objetivos da mudança urbana, apagam as políticas de ganhadores e perdedores de onde emergem tais linhas de ação. (SMITH, 2006: 83)

O autor ainda chega a uma posição muito parecida com a daqueles que consideram tais expressões, mecanismos ideológicos, que tentam sempre abrandar os reais significados e motivos que carregam. Assim ressalta tal conotação para as “zonas consideradas decadentes”:

Os urbanistas e estudantes no domínio urbano utilizam essa linguagem epidemiológica da “enfermidade” (blight em inglês) para falar dos pobres, frequentemente dos bairros habitados por negros ou latinos. Este eufemismo social manifesta a falta de investimento, seja dos proprietários ou do Estado. (SMITH, 2006:65)

Apesar de no Brasil não se encontrar exemplos tão evidentes da gentrificação<sup>6</sup> tal como foi apresentado por GLASS apud BIDOU-ZACHARIASEN (2006), acredita-se que os grandes projetos imobiliários, que trazem consigo a instauração de novas práticas em áreas onde anteriormente existiam outras, transformando profundamente o uso do espaço, podem acarretar a gentrificação por substituição ou concentração de novos e diferentes usuários.

Grandes projetos imobiliários, como a construção de complexos culturais, que envolvem museus, restaurantes e a concentração de edifícios de escritórios em pontos localizados nas áreas tradicionais de cidades, que também exploram a atividade turística possibilitada pela qualidade histórica destas áreas, trazem para tais regiões práticas específicas de alguns grupos sociais.

Em conjunto com essas novas práticas se faz presente toda uma infraestrutura subjacente, como a disponibilização de áreas de estacionamento, a remodelação paisagística de espaços e o controle de atividades comerciais, como o comércio ambulante, por exemplo, prática que já se tornou característica destas áreas.

A valorização imobiliária que pode surgir com estes projetos vem a fechar um ciclo de “concorrência” desleal entre seus usuários em um espaço urbano, cujo uso está fortemente ligado ao fator econômico, no sentido em que a participação nestas novas atividades requer um financiamento e por isso uma renda e posição social economicamente mais elevada.

Fala-se da “volta ao centro”, justificada pela “diversidade social” (D’ARC, 2006), em uma mistura de classes sociais e nas regiões centrais como o lugar por excelência onde esta poderia acontecer. Pergunta-se então por quê? A diversidade social só pode acontecer nestes espaços? Os bairros de classe alta não poderiam também ser objeto de tal diversidade?

<sup>6</sup> Neil Smith (2006) ressalta que os países do “velho primeiro mundo” continuam sendo a localização principal da gentrificação nestes primeiros anos do século XXI e “ainda não podemos vislumbrar claramente como o processo se desenvolveria na Ásia, na América latina e em certos países da África” (p. 75).

A discussão aprofundada deste princípio é muito frutífera quando exige uma postura que dispensa os eufemismos correntes e reconhece que esta “mistura deve comportar a diversidade dos rendimentos, das redes, dos modos de vida e das camadas demográficas” (D’ARC, 2006).

Outro mecanismo ideológico apontado por VILLAÇA (2001) refere-se à “universalização”, que se constitui na tendência de fazer passar “a cidade” como aquela “parte da cidade” que é de interesse das classes dominantes.

Desenvolvem-se estigmas em relação a outras áreas ou bairros que não estejam incluídas “da cidade” dominante ou que apresentem diferentes atributos, características da mesma. Aqui pode se observar o que JODELET (1998) chama de “trabalho de elaboração da diferença”, em que há utilização do recurso ao ato comparativo, de qualificar negativamente “o outro”, neste caso, a parte da cidade que pertence ao outro e que não corresponde à imagem do grupo dominante. (p 4)

O outro, como “não eu”, “não nós”, deve ser afastado ou tornar-se estranho pelas características opostas àquelas que exprimem o que é próprio da identidade. O trabalho de elaboração da diferença é orientado para o interior do grupo em termos de proteção; para o exterior em termos de tipificação desvalorizante e estereotipada do diferente. (JODELET, 1998 :51)

Os termos “regeneração”, revitalização e requalificação, do ponto de vista analisado, são, portanto, afins, pois neles encontram-se presentes tais mecanismos ideológicos.

A reabilitação poderia também se enquadrar neste grupo, no entanto, reconhecendo a presença ideológica dos mecanismos já mencionados, classificou-se tal processo de intervenção de forma diferenciada.

Ela constitui uma alternativa diferenciada, pois os efeitos negativos deste tipo de intervenção podem ser previstos e controlados e as situações excludentes provenientes desta forma de intervenção não são consideradas uma fatalidade.

A reabilitação também pode ser empregada para a transformação de bairros localizados nestas regiões centrais, ocupados predominantemente por uma população de baixa renda, que não recebe, há muito tempo, investimento público nem privado para a manutenção de suas edificações e espaços públicos.

As vantagens de tal tipo de intervenção são colocadas por vários autores (MARICATO, 2001; INSTITUTO POLIS, 2002; TEIXEIRA e POMAR, 2000; entre outros) como também fazem parte de alguns programas municipais que delimitam em suas ZEIS (Zona Especial de Interesse Social) este tipo de intervenção.

Vale a pena lembrar algumas destas vantagens, que DIOGO (1998:2) resume em: Ampliação do acesso da população à cidade, ou seja, a garantia de que uma parcela cada vez maior da população poderá usufruir as áreas melhores equipadas e estruturadas; promoção da gestão democrática da cidade por meio da participação da população na formulação e implementação da política urbana; fortalecimento dos vínculos da população com os bairros onde moram; otimização do uso da infraestrutura urbana já disponível; ampliação da oferta de moradia com a redução dos investimentos públicos; melhoria das áreas centrais, contribuindo para reverter os processos de “esvaziamento” (grifo nosso) e “decadência” (grifo nosso); impulso ao desenvolvimento tecnológico e a formação profissional para a reforma e adequação de edifícios para novos usos.

As diferenças de investimentos públicos e privados dispensados aos espaços da cidade demonstram em uma escala de valorização, evidenciando aqueles grupos sociais que recebem maior atenção. Pensar em si como parte integrante destes grupos é uma situação que pode oferecer a

consciência necessária ao processo de valorização do seu ambiente de convívio e sua consequente manutenção.

As consequências desta desigualdade no que tange à produção das “localizações” (VIL-LAÇA, 2001), como já colocado, reproduzem também, além das diferenças de qualidade de vida relacionadas à qualidade do espaço urbano, a escolha de quais memórias devem ser preservadas. A perda destas memórias tem efeito tal em seus sujeitos que podem levar a uma transformação negativa de sua relação com os lugares.

Para D’ARC (2006), tornar as moradias reabilitadas acessíveis aos pobres e menos pobres parece um desafio, que traz ainda uma agravante cultural quando este tipo de intenção, para a autora “(...), não faz mesmo parte da cultura dos promotores imobiliários brasileiros” (p.282).

Assim, além de uma ação efetiva de controle e administração do poder público, no âmbito de políticas habitacionais nacionais, há que se trabalhar também para uma transformação mais profunda da consciência e, em consequência, de práticas sociais em relação a este tema, tão caro e universalmente necessário, como é a moradia.

Existem métodos de análise e interpretação da realidade observada, que exigem muitos cuidados, pois não se encontram livres de avaliações ideológicas. Considera-se a identidade, neste contexto metodológico, como uma categoria de análise importante.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. LAGET/UFRJ. Rio de Janeiro, Ano III. Nº 4 (jan/jun), 1998.

136 ARANTES O. Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas. In. ARANTES, O.,

VAINER, C., MARICATO, E. A cidade do pensamento único: desmanchando consensos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

BARTALINI, Vladimir. Reabilitar nossas cidades. Capturado no endereço eletrônico: [http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq002/arq002\\_00](http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq002/arq002_00). Acesso em 10 de agosto de 2006.

BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine. Introdução. In. BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (Org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BRANDÃO, R. C. Identidade e etnia: construção da pessoa e resistência cultural. São Paulo: Brasiliense, 1990.

CARSALADE, Flavio de Lemos. Patrimônio histórico: sustentabilidade e sustentação. Disponível em: < <http://www.vitruvius.com.br/arquitextos/arq000/esp080.asp>>. Acesso em outubro de 2001.

- CHOAY, Françoise . A alegoria do patrimônio. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- D'ARC, Hélène. Requalificar o século XX: projeto para o centro de São Paulo. In. BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.
- DAMATTA, Roberto. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DEL RIO, Vicente. Introdução ao Desenho Urbano no Processo de Planejamento. São Paulo: Ed. Pini, 1990.
- DIOGO, Erica. Habitação social nas áreas centrais. In. Dicas: desenvolvimento urbano. São Paulo, nº 189, 1998.
- GONZALEZ, Edelmira. Hacia una Ciudad Intermedia Sustentable. In. VI Seminário Latino-americano de Qualidade de vida urbana/ PUC/Minas. V Seminário Internacional de Estudos Urbanos. Anais , 2006.
- GURVITCH, Georges. Determinismos sociais e liberdade humana. Rio de Janeiro: Forense, 1968.
- HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.
- INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Macrofunção: habitar o centro. Coleção estudos da cidade. Publicado em Rio Estudos. Rio de Janeiro, nº 105/ jun 2003.
- INSTITUTO PÓLIS. Habitação na cidade de São Paulo: observatório dos direitos do cidadão, acompanhamento e análise das políticas públicas da cidade de São Pulo. São Paulo: Instituto Polis/ PUC-SP, 2002.
- JODELET, Denise. A alteridade como produto e processo psicossocial. In. ARRUDA, Angela (Org.). Representando a alteridade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.
- MARICATO, Ermínia. Brasil cidades: Alternativas para a Crise Urbana. São Paulo: Vozes, 2001.
- MESENTIER, L.M. Intervenções em áreas patrimoniais e seus dilemas atuais. In: FURQUIM LIMA, E. (Org.). Espaço e leituras da cidade. Rio de Janeiro: IMB, 2004.
- SANTOS, Carlos Nelson F. dos (et al.). Quando a rua vira casa. São Paulo: Projeto, 1985.
- SILVA, Tomaz Tadeu. (org.). Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.



SMITH, Neil. A gentrificação generalizada: de uma anomalia local à “regeneração” urbana como estratégia urbana global. In BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org.). De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de “revitalização” dos centros urbanos. São Paulo: Annablume, 2006.

TEIXEIRA, A.; POMAR, P. Cidade dos sem teto. Revista Adusp. São Paulo, p.63-73. Set. 2000.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Howard. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. In. VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Howard. Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados. Barueri, SP: Manole, 2006.

VAZ, LÍlian Fessler. Modernidade e moradia: habitação coletiva no Rio de Janeiro, séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: 7 letras, 2002.

VILLAÇA, Flavio. O espaço intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 2001.

ZANCHETI, S.M. O desenvolvimento sustentável urbano. (1998) Disponível em: < <http://www.urbanconservation.org/leituras.htm> > Acesso em 21 de maio de 2003.